

## APRESENTAÇÃO

# Movimentos socioterritoriais e acaparamento do território no Brasil



**Bernardo Mançano Fernandes**

Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Campus de Presidente Prudente. São Paulo, Brasil.  
ORCID: 0000-0001-6521-8949

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Campus de Presidente Prudente. São Paulo, Brasil.  
ORCID: 0000-0002-2352-1760

As lutas por territórios na América Latina se renovam cotidianamente, mesmo que os elementos estruturais permaneçam na base desse processo, tais como a concentração fundiária, o monocultivo, o extrativismo, a privatização dos bens comuns, o acaparamento e as permanentes desterritorializações e reterritorializações dos povos indígenas, quilombolas e do campesinato, que reverberam em um simultâneo colonialismo e anticolonialismo, ao mesmo tempo que as resistências estruturais são constantemente reavivadas. A América Latina apresenta a distribuição de terras mais desigual do mundo, com 51,19 % das terras agrícolas controladas por apenas 1 % dos proprietários rurais (Santos e Glass, 2018). A diversidade de territorialidades que correspondem aos grandes projetos de desenvolvimento, aos múltiplos extrativismos manifestado no agronegócio, na mineração, e mais recentemente, em uma falsa narrativa de soluções para a crise climática sob o rótulo “verde”, como o mercado de crédito de carbono e as energias renováveis, sempre conduzidas por corporações internacionais. É na América Latina que se localizam a República Unida de la Soja (Turzi, 2011), o Triângulo do Lítio (Lende, 2023) e diversas outras zonas de sacrifício, cujo objetivo central é garantir a continuidade do processo de acumulação do capital para os controles territoriais.

Esses processos complexos refletem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que caracterizam a luta pelo território na região. Enquanto territorialidades homogeneizadoras emergem, resistências heterogêneas – resultantes dos diferentes processos de formação socioespacial – ganham força. A América Latina é, igualmente, a região dos grandes movimentos socioterritoriais e socioespaciais, das emblemáticas mobilizações coletivas e das conquistas de direitos, expressas na implementação de políticas públicas, na promulgação de leis e na criação de marcos regulatórios – sempre impulsionadas por lutas e resistências.

O Brasil não escapa dessa lógica. No país de dimensões continentais, as territorialidades do capital manifestam-se de múltiplas formas, sempre homogeneizando,

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

explorando e contaminando territórios de povos e comunidades. Estes territórios são, frequentemente, tratados como espaços vazios, disponíveis para a territorialização do capital, ou como fundos territoriais para valorização futura (Moraes, 2005), reforçando as cicatrizes profundas de séculos de colonização. Conforme aponta Prado Jr. (2011), esse processo teve seu sentido direcionado para a extração de bens comuns e para a exploração da terra e do trabalho, garantindo as benesses da Europa.

No Brasil, o agronegócio segue em expansão, evidenciado pelos sucessivos recordes de safra produzida (IBGE, 2024) e pelo avanço da violência e dos conflitos e das conflitualidades, conforme os dados publicados nos relatórios da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) evidenciam. Ao mesmo tempo que produz recorrentes crimes socioterritoriais, a mineração avança em direção à exploração de minerais estratégicos para a chamada transição energética (Angelo, 2024), utilizando do ambientalismo minerário (Araújo e Milanez, 2025) para justificar a perpetuação de um modelo predatório de desenvolvimento. A energia renovável, conforme discutido por Sampaio, Oliveira, Pereira, Nascimento e Ramos Filho (2025) no primeiro artigo deste dossiê, configura-se como uma nova face do histórico processo de acaparamiento, agora revestido de uma narrativa verde.

Por sua vez, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que historicamente lutam para que o sentido da evolução brasileira não se restrinja à lógica inicial de colonização e expropriação de seus territórios, seguem recriando suas estratégias de luta e resistência. Novas pautas e agendas emergem e se reforçam, como a luta pela soberania, pela educação, pela saúde, os debates de gênero e étnico-raciais e o reconhecimento dos saberes tradicionais. Entretanto, a luta pelo território, seja este material ou imaterial, permanece central. É importante destacar que o território é aqui tratado como um conceito geográfico multiescalar e multidimensional, constituído por relações de poder (Fernandes, 2009) e enquanto “lugar em que desembocam todas as ações” (Santos, 2002:9).

É nesse contexto territorial e temporal que se insere o dossiê *Movimentos Socioterritoriais e Acaparamiento do Território no Brasil*. O objetivo deste dossiê, para além de divulgar as pesquisas em desenvolvimento na Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA), é evidenciar como os movimentos socioterritoriais têm organizado a luta pelo território diante do renovado avanço do *acaparamiento* de terras, especialmente no Brasil, que, como já descrito, incorpora uma agenda verde que, na realidade, representa apenas a continuidade de um processo histórico de exploração e de colonização. O conceito de movimentos socioterritoriais e o processo de acaparamiento de território foram selecionados como eixos condutores deste dossiê não apenas por serem centrais nos resultados das pesquisas aqui apresentadas, mas, sobretudo, por sua presença renovada na realidade da questão agrária brasileira.

O debate sobre os movimentos socioterritoriais presente neste dossiê insere-se no contexto do paradigma geográfico dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, no qual espaços e territórios são produtores de movimentos que lutam, disputam, criam e destroem espaços e territórios (Fernandes e Sobreiro Filho, 2023). O “movimento socioterritorial nasceu das disputas pelos territórios” (Fernandes e Sobreiro Filho, 2023:336), sendo aqueles que transformam espaços em territórios, são aqueles que

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

se territorializam, que são desterritorializados e se reterritorializam, possuindo territorialidades, conflitualidades em múltiplas dimensões e escalas (Fernandes, 2005).

Por sua vez, o acaparamiento do território é debatido neste dossiê a partir do controle do território em suas diferentes territorialidades, dimensões e escalas, com o objetivo único e exclusivo de garantir a acumulação de capital no espaço e no tempo (Pereira, 2019). O acaparamiento do território é renovado através de narrativas, de territorialidades, de estratégias de acesso e controle e de conflitualidades, como os artigos aqui presentes evidenciam. O acaparamiento é produto da territorialização de empresas, fundos de investimentos e de tantos outros agentes que agem em prol da acumulação de capital, ao mesmo tempo que produz a desterritorialização e reterritorialização de sujeitos que têm a terra como território de vida através da criação de constantes fronteiras, ora agrícolas (Fernandes, Frederico e Pereira, 2019), ora de exploração de outros bens comuns. O debate é versado no acaparamiento do território uma vez que este não envolve apenas a terra, mas o vento, o sol, o subsolo e tudo aquilo que for potencial para a geração de lucro (Fernandes *et al.*, 2024).

Os dez artigos que compõem este dossiê foram elaborados pelas pesquisadoras e pesquisadores da Rede DATALUTA em um processo de construção coletiva que perdurou mais de um ano. A Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) foi formada e se consolidou como um importante coletivo de pensamento sobre a questão agrária brasileira. A Rede DATALUTA consiste em uma articulação entre grupos de pesquisa vinculados à Universidades localizadas nas diferentes regiões do país. Ela é resultado de uma extensa trajetória de pesquisas do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, criado em 1998, e da parceira estabelecida em 2005 entre o NERA e o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente, a Rede DATALUTA é vinculada ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP) e à Cátedra da UNESCO de Educação no Campo e Desenvolvimento Territorial. Desde a sua formação, os seguintes grupos de pesquisa passaram a compor a Rede DATALUTA:

- » Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE);
- » Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- » Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária da Biodiversidade do Pantanal (GECA) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
- » Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- » Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- » Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) da Universidade Federal do Sergipe (UFS)
- » Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
- » Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (GEGATE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

- » Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará (LERASSP) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
- » Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), campus Uberaba
- » Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN) Universidade Estadual Paulista (UNESP/CLP), campus de São Vicente
- » Banco de Dados das Lutas e Resistências à Política de Modernização Territorial no Vale do Jaguaribe (DATALURE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- » Grupo de Estudos em Dinâmica Territorial (GEDITE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus de São Luís
- » Laboratório de Geografia e Estudo das Dinâmicas Territoriais (LAGET) da Universidade Federal de Jataí (UFJ)
- » Grupo de Estudos Regionais Socioespaciais (GERES) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
- » Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI) da Universidade de Brasília (UnB)
- » Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
- » Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GEOEDUQA) da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD)
- » Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT) da Universidade de Brasília (UnB)
- » Laboratório de Estudos Rurais (LABRURAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- » Laboratório de Estudos da Natureza, da Produção do Espaço Urbano e do Território (LEPET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
- » Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (LEPENG) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- » Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília
- » Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Em 2015, teve início o processo de criação da Rede DATALUTA América Latina com grupos de pesquisa nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Paraguai e Uruguai. Em 2019, com o projeto Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do qual participaram a Argentina e o Reino Unido, a Rede DATALUTA expandiu seu processo de internacionalização, articulando-se não só com a América Latina, mas com a Europa, compartilhando e aprimorando a partir desse intercâmbio sua metodologia de pesquisa. Nesse mesmo ano, passou a fazer parte do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e se tornou parceira do Land Matrix Initiative (LMI).

Estes grupos, núcleos e laboratórios possuem um projeto de pesquisa e extensão em comum: o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA). Por meio deste projeto, a Rede DATALUTA investiga, sistematiza e analisa ações e conflitualidades de movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e outras instituições nos seguintes espaços: agrário, urbano, floresta e água. A Rede organiza seus próprios dados e de outras fontes em gráficos, quadros, tabelas e mapas, publicando-os

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

anualmente no *Relatório DATALUTA*. Ademais, os pesquisadores vinculados à Rede DATALUTA produzem diferentes trabalhos analisando os dados. São monografias, dissertações, teses, artigos e livros que contribuem com a compreensão da conflitualidade da questão agrária.

Atualmente, as pesquisas da Rede DATALUTA estão organizadas em seis espaços: Agrário, Urbano, Água, Floresta, Estrangeirização de Terras e Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Essa estrutura reflete a dinâmica da luta pelo território no Brasil, estando em constante transformação e podendo ser ajustada conforme as mudanças espaciais e temporais da realidade. Em cada um desses espaços, são empregadas metodologias específicas de levantamento e sistematização de dados, permitindo análises sobre a atualidade da questão agrária no país. Os dados são continuamente avaliados e debatidos tanto em suas dimensões metodológicas quanto teóricas.

O dossiê tem início com a discussão sobre o acaparamiento de terras no Brasil, apresentando os resultados de pesquisas desenvolvidas no DATALUTA Estrangeirização de Terra. O artigo “Estrategias de control territorial para la producción de energía eólica en el Nordeste brasileño” tem como objetivo central analisar o modelo atual de produção de energia eólica no Nordeste do Brasil, destacando a conflitualidade e a disputa entre o capital transnacional e as comunidades tradicionais e populações rurais. Os autores Mateus de Almeida Prado Sampaio, Roberta Oliveira da Fonseca, Lorena Izá Pereira, Monalisa Lustosa Nascimento e Eraldo da Silva Ramos Filho revelam as contradições de uma estrangeirização justificadas pela narrativa da transição energética nos territórios dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. A pesquisa conclui que o avanço acelerado de projetos eólicos no Brasil contribui para perpetuar um modelo de desenvolvimento baseado na exploração e no controle do território.

Outro resultado da pesquisa desenvolvida pelo DATALUTA Estrangeirização de Terras é o artigo intitulado “O controle de terras no Brasil pelo setor da silvicultura (2013-2022)”, no qual os autores Brenna da Conceição, Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira, Letícia Alves Leonardo, Edson Luiz Zanchetti da Luz, Lucas Ferreira Gomes e Sedeval Nardoque têm como objetivo analisar o controle do território a partir da territorialização das empresas de silvicultura no Brasil, observando os agentes de capital nacional e/ou internacional. A partir de uma escala temporal de 2013 a 2022, os autores destacam que o crescimento gradual da monocultura de árvores e o aumento da produção e exportação resultam em impactos socioterritoriais e ambientais proporcionais.

Os artigos do DATALUTA Agrário presentes neste dossiê refletem a diversidade da luta pela terra no Brasil, destacando ações e resistências voltadas à emancipação dos territórios. O artigo “Lutas por e nos territórios: manifestações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais rurais no Brasil nos anos de 2020 e 2021 a partir da metodologia da Rede DATALUTA” analisa as ações desses movimentos e os repertórios empregados na defesa e produção de espaços e territórios em um contexto de avanço da extrema direita, intensificado por um governo federal de orientação conservadora. Com base nos dados sistematizados no espaço Agrário, os autores Joana Tereza Vaz de Moura, Rubens dos Santos Romão Souza, Fernando Freitas de Almeida e Conceição Coutinho Melo concluem que os movimentos socioterritoriais e socioespaciais assumiram um papel central na resistência diante do fortalecimento do conservadorismo no país. Esse cenário, marcado pelo negacionismo, pelo desmonte de políticas públicas e pela

Movimentos socioterritoriais e acaparamento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

criminalização da luta pela terra, impulsionou a adoção de diversas estratégias de resistência por parte desses movimentos.

No artigo intitulado “Movimientos socioespaciales y socioterritoriales: acciones de resistencia productiva agroecológica en Brasil”, as autoras Lara Dalperio Buscioli, Silmara Oliveira Moreira Bitencourt, Angela dos Santos Machado, Aline Albuquerque Jorge e Amanda Emiliana Santos Baratelli analisam as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil durante os anos de 2020 e 2021, com ênfase nas estratégias de resistência produtiva voltadas à agroecologia. Em um contexto marcado pela pandemia da COVID-19 e pelo desmonte de políticas públicas promovido por um governo de extrema direita, as autoras concluem que tais ações possibilitam a criação de espaços de esperança e contribuem para o fortalecimento dos movimentos, das lutas e das resistências.

Ainda no âmbito do DATALUTA Agrário, mas ampliando a escala de análise para incluir a Argentina, o artigo “Acciones de protesta del campo argentino y brasilero desde la perspectiva de género” apresenta a investigação conduzida por Julieta Saettone, Lisbet Julca Gonza e Marcia A. Pertuz sobre as ações coletivas protagonizadas por mulheres e dissidências — indígenas, negras, quilombolas, camponesas, agricultoras familiares e LGBTIQ+ — na Argentina e no Brasil em 2021. A partir do diálogo entre as categorias de gênero e território, as autoras concluem que essas mulheres e dissidências estiveram na linha de frente, sendo perseguidas e criminalizadas, e, ao mesmo tempo, se organizaram e se reinventaram para disputar seus territórios, enfrentar a intensificação das violências e propor alternativas de cuidados coletivos.

Em diálogo entre o DATALUTA Agrário e o DATALUTA Urbano, os autores Leonardo Lencioni Mattos Santos, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Rangel Nascimento, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, João Paulo de Almeida Lopes e Oscar Hernan Rodriguez Triviño, no artigo “As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários e a relação campo/cidade no Brasil em 2020: luta pela Reforma Agrária Popular”, evidenciam, a partir dos Estudos Agrários Críticos, as ações realizadas por movimentos socioterritoriais do campo nas cidades brasileiras ao longo de 2020. O estudo reforça os significados do campo e da cidade na luta por justiça social e ambiental, com ênfase na Reforma Agrária Popular.

Como resultado de pesquisas desenvolvidas no DATALUTA Urbano, o manuscrito “Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro e os ODS no contexto da pandemia da COVID-19” tem como objetivo analisar as ações realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no espaço urbano do Brasil durante os anos de 2020 e 2021. Esse período foi marcado pelo distanciamento e isolamento social, pelo crescimento da pobreza e por uma intensa polarização do debate político, com episódios de ameaças à democracia, decorrentes tanto da pandemia da COVID-19 quanto do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Os autores Altemar Amaral Rocha, Wilians Ventura Ferreira Souza, Aline Lima Santos, Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga e Vitória Levorato Amaro Silva, a partir da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), concluem que a conjuntura impactou as formas de articulação política dos movimentos e suas pautas, revela disputas e a falta de consenso na sociedade brasileira sobre os caminhos para a construção de um mundo mais justo e sustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental.

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

O artigo “Entre as sementes, as raízes e os frutos da pesquisa, a natureza territorial das lutas das florestas: aportes teórico-metodológicos do DATALUTA Floresta”, de autoria de José Sobreiro Filho, Pietra Cepero Rua Perez e Paulo Vitor Luna Torres, apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no DATALUTA Floresta. O estudo tem como objetivo debater as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam na defesa das florestas brasileiras. Os dados coletados, sistematizados e espacializados em 2020 e 2021 evidenciam a particularidade de um contexto marcado pela pandemia da COVID-19, que acentuou, sobretudo, a vulnerabilidade de povos indígenas, quilombolas, extrativistas e demais sujeitos envolvidos em ações coletivas em prol da preservação das florestas.

O artigo “A práxis autonômica como estratégia de resistência entre os movimentos socioterritoriais indígenas brasileiros: um panorama dos anos 2020 e 2021 com base nos dados da REDE DATALUTA Brasil”, resultado da pesquisa do DATALUTA Floresta, analisa as ações de autonomia dos movimentos socioterritoriais no Brasil, destacando-os como atores essenciais nas lutas políticas do país. Os dados, coletados e sistematizados pelo DATALUTA Floresta, abrangem o período de 2020 a 2021. Os autores Bruna Gonçalves Costa, Fábio Márcio Alkmin, Bianca Marucci Silva e Maria Luiza Araújo Lopes concluem que as pautas autonômicas refletem a necessidade dos povos das florestas de proteger seus territórios e garantir sua autonomia. Ações como medidas de combate à COVID-19, retomada de territórios, autodemarcação, rituais indígenas, medicina tradicional e protocolos de consulta evidenciam a capacidade das comunidades de agir autonomamente para preservar suas comunidades e territórios.

O manuscrito intitulado “Gota a gota, um mar de ações: contribuições teórico-metodológicas para o estudo dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no Brasil”, de autoria de José Sobreiro Filho, Nelson Gabriel da Silva Bria, Luis Henrique Marques Rosa Buani, Miriam Moura Vital, Ronaldo Barros Sodré, Wuelliton Felipe Peres Lima, Isabelle Avon Carolino Vanderlei e Márcia Renata Carvalho Santos, é resultado das pesquisas desenvolvidas no DATALUTA Água. O objetivo do estudo é debater os movimentos socioterritoriais para compreender a política contenciosa em torno dos territórios das águas no Brasil entre 2020 e 2021. Os autores concluem que os atingidos por barragens e mineração, pescadores, marisqueiras, ribeirinhos, indígenas e outros sujeitos passaram a se organizar e formar movimentos socioterritoriais em diferentes escalas, ampliando sua luta para uma esfera transnacional, sem perder os vínculos locais.

Por fim, a capa do dossiê *Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no Brasil* reflete de maneira fidedigna a atualidade da questão agrária no Brasil a partir dos movimentos socioterritoriais e do acaparamiento do território. Na imagem produzida por Acir Batista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e datada de 2023, o acaparamiento do território brasileiro é observado a partir da captura do controle por parte de agentes corporativos e pela territorialização do agronegócio, enquanto os movimentos socioterritoriais são representados pela diversidade de ações de resistência e de luta pela emancipação dos seus territórios, sejam estes materiais e imateriais.

Desejamos a todos(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

## Referências bibliográficas

- » Angelo, M. G. (2024). *Enquanto durarem os estoques: contradições da mineração como pilar da transição energética justa*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.
- » Araújo, A.; Milanez, B. (2025). Ambientanismos minerários: a construção de narrativas de legitimação do setor extrativo. *Revista Tamoios*, 21(1), 9-29.
- » Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, 8(6), 24-34.
- » Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. Em Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Eds.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 197-215). São Paulo, Expressão Popular.
- » Fernandes, B. M.; Frederico, S.; Pereira, L. I. (2019). Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. *Revista NERA*, 22(47), 173-201.
- » Fernandes, B. M.; Sobreiro Filho, J. (2023). Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. Em Sposito, E. S.; Claudino, G. dos S. (Eds.), *Teorias na Geografia: Mundos Possíveis - Livro III* (pp. 335-363). Rio de Janeiro: Editora Consequência.
- » Fernandes, B. M.; Fonseca, R. O. da; Pereira, L. I.; Nascimento, M. L.; Moura, J. T. de V.; Ferreira, J. E. B.; Sampaio, M. de A. P. (2024). Acaparamiento de la tierra, del viento y del sol. La formación de un nuevo régimen. *Revista de Ciencias Sociales*, 27(55), e212.
- » IBGE. (2024). *PAM 2023: Safra bate recorde, mas valor da produção cai*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41296-pam-2023-safra-bate-recorde-mas-valor-da-producao-cai#:~:text=Ap%C3%B3s%20seis%20anos%20de%20altas,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20ano%20anterior>
- » Lende, S. G. (2023). Acumulación por desposesión en Argentina La fiebre del litio y el acaparamiento neocolonial de tierras y recursos naturales. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 13(2), 243-281.
- » Moraes, A. C. R. de. (2005). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- » Pereira, L. I. (2019). *"A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente.
- » Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- » Santos, M. (2002). O dinheiro e o território. Em Santos, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no...  
BERNARDO MANÇANO FERNANDES, LORENA IZÁ PEREIRA

- » Santos, M.; Glass, V. (2018). *Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- » Turzi, M. (2011). The soybean republic. *Yale Journal of International Affairs*, 6(2), 59-68.

**Bernardo Mançano Fernandes / [mancano.fernandes@unesp.br](mailto:mancano.fernandes@unesp.br)**

Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin American and Caribbean - University of South Florida. Livre-Docência e Professor Titular na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Vice Presidente da União Geográfica Internacional (UGI). Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA). Editor chefe da *Revista NERA*.

**Lorena Izá Pereira / [iza.pereira@unesp.br](mailto:iza.pereira@unesp.br)**

Graduação e doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Foi Presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) no período de 2019-2022. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA). Editora chefe da *Revista NERA*.